



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS

RUA FRANCISCO PEREIRA N.º 2.231 - CENTRO  
CEP – 38.680.000 – ARINOS-MG  
CNPJ: 18.125.120/0001-80



## LEI Nº 1.819 DE 07 DE JULHO DE 2025

Institui o auxílio-alimentação para os Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Arinos.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o auxílio-alimentação, de natureza indenizatória, destinado aos Vereadores e servidores efetivos, comissionados e contratados da Câmara Municipal de Arinos.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor mensal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

§ 2º O valor do auxílio-alimentação será atualizado, anualmente, por ato do Presidente da Câmara, conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC –, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 3º O auxílio-alimentação destina-se a subsidiar as despesas alimentícias mensais do Vereador e do servidor, sendo pago diretamente na folha de pagamento.

§ 4º O auxílio-alimentação será devido exclusivamente ao Vereador que se encontre em efetivo exercício do mandato parlamentar.

§ 5º No caso dos servidores, o auxílio-alimentação será pago na proporção dos dias trabalhados, salvo nas hipóteses de afastamento em que o pagamento será mantido, conforme disposto no inciso II do artigo 2º desta Lei.

**Art. 2º** O pagamento do auxílio-alimentação será mantido nas seguintes hipóteses:

I - para os vereadores:

- a) durante o recesso parlamentar;
- b) licença para tratamento de saúde até 15 (quinze) dias;
- c) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade; e
- d) licença por motivo de doença em pessoa da família.

II - para os servidores:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS

RUA FRANCISCO PEREIRA N.º 2.231 - CENTRO  
CEP – 38.680.000 – ARINOS-MG  
CNPJ: 18.125.120/0001-80



- a) férias;
- b) licença para tratamento de saúde até 15 (quinze) dias;
- c) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;
- d) licença por acidente em serviço;
- e) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- f) licença-prêmio;
- g) júri e outros serviços obrigatórios por lei; e
- h) nas ausências previstas no artigo 110 da Lei Complementar nº 4, de 1º de setembro de 1998.

**Art. 3º** O pagamento do auxílio-alimentação será suspenso nas seguintes hipóteses:

I - no caso dos Vereadores:

- a) licença para tratar de interesses particulares;
- b) investidura em cargo de Secretário Municipal ou em qualquer outro cargo na Administração Municipal, Estadual e Federal;
- c) faltas injustificadas às sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário, bem como às reuniões das comissões permanentes e temporárias;
- d) impedimento temporário do exercício do mandato;
- e) afastamento do mandato por ordem judicial;
- f) reclusão; e
- g) durante viagens, quando houver percepção de diárias.

II - no caso dos servidores:

- a) licença para tratar de interesses particulares;
- b) faltas injustificadas;
- c) afastamento temporário em decorrência de ordem judicial ou processo administrativo disciplinar;
- d) penalidade disciplinar de suspensão;
- e) reclusão;
- f) licença para atividade política;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS

RUA FRANCISCO PEREIRA N.º 2.231 - CENTRO  
CEP – 38.680.000 – ARINOS-MG  
CNPJ: 18.125.120/0001-80



g) licença para desempenho de mandato eletivo; e

h) durante viagens com percepção de diárias.

**Art. 4º** Nos casos dos descontos previstos no artigo 3º, o valor a ser deduzido será correspondente a 1/22 (um vinte e dois avos) do total mensal do benefício por dia de ausência.

Parágrafo único. O valor diário do auxílio-alimentação, para efeito de desconto ou pagamento proporcional, será obtido mediante a divisão do valor mensal do benefício por 22 (vinte e dois).

**Art. 5º** O auxílio-alimentação tem caráter indenizatório e não será:

I – incorporado ao subsídio ou à remuneração;

II – configurado como rendimento tributável;

III – base de cálculo de contribuição previdenciária ou de quaisquer outras gratificações, vantagens ou benefícios;

IV – caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura; e

V – acumulável com outros de natureza semelhante.

**Art. 6º** O pagamento do auxílio-alimentação instituído por esta Lei terá início no primeiro dia útil do mês subsequente ao de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arinos-MG, 07 de julho de 2025.

Marcílio Alisson Fonseca de Almeida  
Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura  
de Arinos-MG 07/07/2025  
Secretaria do Município